

Tecendo estratégias de sobrevivência no CEA¹

Alessa Cristina P. de Souza (UFPB)

INTRODUÇÃO

O CEA – Centro Educacional do Adolescente - direciona-se ao atendimento dos adolescentes, entre 13 e 17 anos, do sexo masculino que se encontram cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade devido ao cometimento de algum ato infracional considerado grave.

A quantidade de internos no CEA varia a cada semana, mas esse número gira em torno de 150 adolescentes. Porém, a instituição foi projetada para alocar 62 adolescentes. Assim, constantemente, a quantidade de internos supera a capacidade máxima desta instituição, havendo superlotação.

O CEA é formado por vários blocos e alas interligados por uma área comum, separados por portas e portões de ferro. Entre os espaços físicos, existem aqueles que são comuns a todos os adolescentes, como as salas de aula, o auditório, o campo de futebol e o refeitório, e aqueles que se destinam a adolescentes específicos, como os dormitórios ou “celas”.

Os adolescentes que se encontram no CEA estão privados de liberdade, e isto é o mesmo que dizer que eles estão presos. Pois, no Brasil, não se pode dizer que existem diferenças significativas entre os espaços institucionais destinados a manter em regime fechado pessoas em idade adulta, “privadas de liberdade”, daqueles que ainda estão em idade de formação (adolescentes) e que se encontram nos centros educacionais.

Considerando que a partir dos usos que os indivíduos fazem dos espaços, esses assumem características e significados distintos, o CEA é percebido aqui como palco de desigualdades, encontros e classificações, a partir das interações sociais construídas entre os diferentes atores que o compõem, estando sempre sujeito a (re) negociações.

Nesse sentido, busca-se compreender os processos de construção de vínculos sociais a partir das estratégias de sobrevivência que permeiam as sociabilidades dos adolescentes tidos como infratores, considerados como uma categoria de atores violentos, estigmatizados e excluídos socialmente, que compartilham de um mesmo espaço físico, em um cenário que é representado aparentemente como igual, mas que parece se compor como fragmentado, hierarquizado e complexo (SARTI, 1994).

¹ IV ENADIR, Grupo de Trabalho 01 – Antropologia nas prisões: sobrecargas de segregações.

Para uma apreensão das relações estabelecidas no cotidiano do CEA, foi realizado um trabalho etnográfico. Dentre as técnicas de pesquisa, foram realizadas observações espontânea e participante, além da realização de entrevistas semiestruturadas com adolescentes e funcionários².

O CEA COMO ESPAÇO DE RELAÇÕES

Para Bourdieu, são as relações estabelecidas entre os agentes e as estruturas sociais que constroem a realidade social existente. Deste modo, o autor defende que as estruturas sociais são, ao mesmo tempo, condicionadas e condicionantes das ações; enquanto os indivíduos se apresentam como agentes estruturados e estruturantes da sociedade (BOURDIEU, 1996).

Bourdieu (1992) afirma também que o indivíduo é um ator simbólico e só adquire sentido dentro de um sistema de valores, símbolos e estruturas. Nesse sentido, o autor coloca que o indivíduo interioriza valores presentes na cultura que lhe é própria e exterioriza esses valores na ação. Esse processo leva à construção de rotinas, através da repetição de práticas sociais, constituindo o que Bourdieu chamou de *habitus*.

Na definição de Bourdieu (1983, p. 60 e 61) *habitus* seria:

(...) um sistema de disposição durável e transmissível, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações.

O *habitus*, inerente à compreensão do mundo social pelo indivíduo, é condicionado pelas possibilidades oferecidas pela estrutura, tendo em vista as posições diferenciadas que o mesmo pode vir a ocupar em um interior específico (BOURDIEU, 1983).

Nesse sentido, o social possibilitaria uma gama de ações previsíveis acerca dos comportamentos individuais instituídos socialmente, onde as normas sociais presentes conformariam a ação dos indivíduos que nele estão inseridos.

O *habitus* dos indivíduos estaria, pois, condicionado por um código estrutural que os permitiria administrarem comportamentos sociais. Na medida em que estes comportamentos se dão através da incorporação de uma disposição³ pelo indivíduo em ação, eles criam rotinas que não são racionalizadas, e sim utilizadas automaticamente, cada vez que não há nenhum comando em contrário (BOURDIEU, 1997).

² Para garantir o anonimato dos entrevistados todos os nomes utilizados nesse artigo são fictícios.

³ Entendo por disposição o processo de interiorização de normas objetivas.

O conceito de *habitus* de Bourdieu permite, assim, explicar as relações de afinidade entre as práticas dos agentes e as estruturas objetivas. A existência de regularidades observáveis na prática, evidencia o sistema de valores presentes em uma dada estrutura. O *habitus* se situa, desta forma, como um princípio organizador da vida social.

Bourdieu, no entanto, não retira da ação a possibilidade criativa e inventiva dos indivíduos. Na medida em que a realidade social não é apenas estruturante, mas é também estruturada, o indivíduo possui livre arbítrio, atuando na conformação da estrutura social (BOURDIEU, 1997).

Assim, ao mesmo tempo em que ocorre uma interiorização de elementos objetivos, ocorre também uma exteriorização dos elementos subjetivos, nas ações do indivíduos, reproduzindo as práticas, através da adaptação de situações (BOURDIEU, 1997).

É natural que os indivíduos sempre sigam as práticas já instituídas, repetindo-as mecanicamente, legitimando o *habitus* vigente. Mas, segundo Bourdieu, não se pode deixar de considerar que, de acordo com os seus interesses, os indivíduos podem traçar novas ações, desde que a estrutura na qual eles se inserem e a posição que eles ocupem possibilite a sua execução.

Nesse contexto, o *habitus* se submete aos interesses individuais dos seus atores, mas assegura que as práticas individuais se mantenham dentro das regras inerentes à estrutura na qual elas estão introduzidas (BOURDIEU, 1983). O campo, nesta perspectiva, faz parte de uma configuração “dinâmica”, proporcional ao movimento das ações instituídas em seu interior, de acordo com as possibilidades abertas por elas e pela posição ocupada pelos agentes que a conformam.

Para Bourdieu (1992), campo é um espaço estruturado, onde os indivíduos ocupam posições específicas e, a partir destas, constroem suas relações sociais. Segundo o autor, as ações dos indivíduos são limitadas às possibilidades que lhes são dadas, de acordo com as posições ocupadas por esses indivíduos nos campos dos quais ele participa.

O campo representa as várias possibilidades de ações dos indivíduos, dentro dos limites que ele comporta, ou seja, é o espaço no qual as posições dos agentes encontram-se fixadas.

No entanto, os indivíduos participam de vários campos, ocupando posições diferenciadas no interior de cada um deles. Assim, é a partir dos campos dos quais o indivíduo participa e da sua posição nesses campos, que certas práticas são naturalizadas em seu cotidiano, instituindo *habitus* diferentes, de acordo com a sua posição e participação nos campos.

Pode-se, então, dizer que o *habitus* legitima as ações dos indivíduos dentro do campo, e o campo realiza a interação entre os indivíduos.

Porém, Bourdieu acrescenta que, a partir das distinções existentes entre os indivíduos, devido às posições diferenciadas que estes ocupam no interior dos campos, são estabelecidos os status e os dispositivos relacionais. Ou seja, para Bourdieu, participar de um espaço de interação não significa ser dominado ou ser dominante, mas estar situado em uma relação de dominação, que o coloca, naquele contexto, enquanto dominado ou dominante, em função da hierarquia de valores que constitui determinado campo social.

Bourdieu (1992, 2001 e 2007) chama esses valores e elementos simbólicos, que estabelecem as hierarquias das práticas inerentes aos *habitus* no interior dos campos, de capital. Para este autor, o que define a posição dos indivíduos, nos campos dos quais ele participa, é a sua maior ou menor posse de capital.

Esse capital, por sua vez, pode ter base econômica, pautado na riqueza material dos indivíduos; social, pautado nas redes relacionais estabelecidos pelos indivíduos; cultural, pautado nas qualificações, conhecimentos e habilidades expressos a partir de titulações e certificações; ou simbólica, pautado em um conjunto de elementos que distinguem o reconhecimento social dos indivíduos.

O capital, para Bourdieu (1992, 2001 e 2007), situa-se como um instrumento de dominação simbólica dos indivíduos no campo. Nesse sentido, o campo apresenta-se como um espaço onde ocorre a luta por poder simbólico, a partir do capital que determina posições sociais específicas.

Seguindo as ideias de Bourdieu, serão discutidas, nas linhas seguintes, as relações sociais construídas no CEA, analisando essa instituição como um “campo” que possui uma lógica organizacional específica, que deve ser apreendida pelos indivíduos a partir das posições que estes ocupam, considerando que o capital que assume maior importância para o estabelecimento das hierarquias internas é o capital social.

Geralmente, pensa-se, que o ingresso de um adolescente em um centro educacional resulta na desconstrução de muitos vínculos sociais estabelecidos fora da instituição. Mas, analisando os vínculos sociais que os adolescentes (re) constroem nesse espaço, percebe-se que muitos desses vínculos são resultantes das aproximações e distanciamentos estabelecidos no mundo exterior. No entanto, é importante destacar que, ao adentrarem ao CEA, os adolescentes precisam (re) construir, fortalecer e/ou desconstruir relações e vínculos sociais, necessários para a sua sobrevivência naquele contexto.

Deste modo, constata-se a importância do capital social nesse campo, a partir dos vínculos sociais (re) construídos pelos adolescentes ao adentrarem o CEA.

DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS ADOLESCENTES

Para os adolescentes internos no CEA, as relações estabelecidas com os demais internos, sejam de aproximação ou distanciamento, são fundamentais para o estabelecimento de suas rotinas na instituição. Porém, é importante ressaltar que essas relações são, majoritariamente, circunstanciais, podendo ser reformatadas a qualquer momento, a partir da dinâmica do campo.

De modo geral, as relações dos adolescentes internos no CEA se dão a partir das redes das quais eles participavam fora da instituição. Assim, o lugar de moradia: bairro ou cidade onde o adolescente habita, a participação em alguma facção criminosa, as amizades, as inimizades e as relações de parentesco são informações importantes para o processo de (re) construção dos vínculos sociais no CEA, pois tais critérios direcionam o adolescente a uma ala e a um quarto específico, e é a partir do lugar físico que o adolescente ocupa no CEA, que ele passará a ter um significado e ocupará um lugar simbólico nessa instituição.

Deste modo, a maior parte dos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA, durante a realização da pesquisa, (re) construiu suas teias relacionais na instituição, tendo por base as relações vivenciadas fora da mesma.

Um dos primeiros elementos norteadores das aproximações e distanciamentos construídos entre os adolescentes internos no CEA é o pertencimento a uma das facções criminosas rivais do estado da Paraíba. Porém, ao CEA também chegam adolescentes que não pertencem a nenhuma facção criminosa. Esses adolescentes são denominados de “neutros” e acolhidos por uma ala que tentará transformá-los em “amigos” ou “parceiros”. Quando questionado se os meninos da ala B são seus amigos, só porque eles já eram da Okaida, o adolescente responde:

Não, porque tem uns boy que é e uns boy que não é, tem uns boy que é neutro, não é de ninguém não. Aí é figura os boy, mas eles corre pelo certo. Os boy não tem frescura, ajuda o cara, não dá negado⁴. Divide cigarro, bolacha e tal, o que vem pra ele é do quarto. Aí se o que vem pra ele, ele não quer dá, é dá negado, entendeu? Porque a gente não é mais do que ninguém, né? A gente é tudo do mesmo jeito, do jeito que um merece ter as coisa a gente merece também. Do jeito que ele tem uma coisa, se ele der, ele tem também, aí pronto é isso (Leandro, 17 anos, nona internação).

Nesse sentido, percebe-se que algumas relações estabelecidas no CEA se constroem a partir de um mecanismo de troca material ou simbólica. No caso do relato anterior, o

⁴“Dar negado” é uma expressão utilizada pelos adolescentes internos no CEA, que significa se negar a dividir algo com os colegas da cela ou da ala. Essa prática é muito mal vista entre os internos.

adolescente afirma que “os boy é neutro”, ou seja, não pertencem a nenhuma facção criminosa, mas acrescenta “que eles corre pelo certo”, ou seja, estão do lado de uma determinada facção, a qual ele pertence, apoiando e sendo apoiados por ela.

Essas relações entre pares, estabelecidas no CEA, oferecem não apenas um lugar (físico e simbólico) na instituição, mas também alguns recursos que ajudam na sobrevivência diária dos adolescentes, como por exemplo: compartilhamento de lanches, colchão, lençol, roupas, sandálias, cigarros, materiais para a produção de peças artesanais, além da segurança e proteção.

Porém, essas relações não são mediadas apenas pelas trocas, elas também se baseiam em processos de submissão. Por exemplo: os adolescentes que estão há mais tempo no CEA vão construindo e transformando as regras de convivência locais, de modo que os recém chegados devem convergir para o cumprimento dessas regras.

Elias e Scotson (2000) ao realizarem uma etnografia sobre as relações de poder entre dois grupos que residiam em uma comunidade inglesa industrial, descrevem e analisam como grupos com características tão parecidas estabelecem relações de poder tão diferenciadas, com base no tempo de moradia no local. Nesse contexto, os “estabelecidos” - grupo que residia há mais tempo no local -, consideravam-se superiores, estigmatizando e excluindo “os outsiders”.

No CEA, essa hierarquização entre os adolescentes mais antigos e os novatos é manifestada em muitas situações. Em cada quarto há um processo de distinção que se estabelece entre os adolescentes, que se reflete, de forma mais visível, na escolha do lugar para dormir. Um adolescente que diz ser o “segundo mais velho” do quarto (para explicar que é o segundo mais antigo), quando questionado se o menino mais velho “manda mais”, coloca:

Não, tem isso não. Manda não. Só que ele dorme no canto melhor. Aí se ele sair, fica eu, e vai passando. Ela dorme no canto melhor assim, aonde sai mais vento, mas eu durmo na outra cama, na outra cama tá os quadro. E os dois menino dorme no chão, no colchão. E o mais velho tem que dizer o que é certo; e o que é errado ele diz também, porque tem uns boy que chega, aí não sabe de nada, aí a pessoa vai lá pra dá a ideia a ele, pra dá mais ou menos como é que faz (Leandro, 17 anos, nona internação).

Esse relato reflete as relações de poder instituídas pelos adolescentes nessa instituição, a partir do critério de antiguidade, e apresenta os direitos e deveres dessas lideranças; pois, ao mesmo tempo em que elas dormem no melhor lugar do quarto e (re) constroem as regras de convivência local, elas devem transmitir aos recém-chegados esse conhecimento, com o intuito de inseri-los no grupo.

Nas alas de internação, assim como nos quartos, é o adolescente mais antigo que exerce essa função de “liderança”, estabelecendo regras, mediando conflitos, organizando, orientando e aconselhando os demais adolescentes.

É importante considerar que “ser o mais velho”, do quarto ou da ala, significa que o adolescente conhece melhor esse lugar e sabe se posicionar dentro dele, mas essa é uma referência que se alia a outras, tornando essas posições momentâneas e sequenciais.

Nesse campo, porém, os adolescentes não estabelecem relações sociais apenas de aproximação com outros adolescentes, eles também (re) constroem relações de distanciamento. Estas, por sua vez, também parecem ser fundamentais para a formatação do capital social valorizado no CEA, e são exteriorizadas a partir da existência das inimizades.

No CEA, quase todos os adolescentes dizem ter inimigos na instituição. Boa parte dessas inimizades é proveniente das relações estabelecidas fora da instituição, principalmente das relações construídas no entorno da violência, do crime e do faccionismo. Um adolescente, quando questionado sobre suas inimizades coloca: “A ala C é tudo inimigo, só tem um boy lá que não é. É inimigo da rua mesmo” (Fábio, 14 anos, segunda internação).

No entanto, as inimizades também são (re) construídas no CEA por escolhas feitas na própria instituição. Nesse caso, um adolescente que se diz neutro, mas que resolve ajudar e ser ajudado por alguma facção, no CEA, será tido e terá, imediatamente, os adolescentes pertencentes ou simpatizantes da facção rival como inimigos. Assim, no CEA, como em várias outras instituições de privação de liberdade, “habitar um lugar significa renunciar outros, renunciar certos níveis de solidariedade com outros grupos e indivíduos” (SILVA, 2008, p. 89).

Essa realidade se coaduna com o que observei no CEA, pois os adolescentes, nesse contexto, buscam conquistar um lugar, participar de um grupo, para garantir a sua própria sobrevivência. Mas, na maior parte das vezes, esse pertencimento só se efetiva frente a um não pertencimento, ou seja, para que seja permitido que um adolescente se aproxime de um determinado grupo e faça parte dele, faz-se necessário que ele, mesmo que implicitamente, se distancie e declare inimizado para com os participantes do grupo rival.

Assim, o *habitus* vai sendo ‘re’produzido, no CEA, de modo a garantir que as práticas individuais se mantenham dentro das regras inerentes à estrutura do campo (BOURDIEU, 1983), a partir da tessitura de teias relacionais que coloca cada adolescente em uma posição específica e distinta dentro desse campo.

Dentre as posições existentes no CEA, algumas merecem destaque, quais sejam: a do “robô” e a do “líder”. Durante a pesquisa, pude observar a existência de indivíduos que ocupavam essas posições, mas por algum tempo não consegui conversar com os adolescentes

sobre essa questão. Apenas depois de construir relações menos hierarquizadas com alguns dos adolescentes que eu acreditava ocupar a posição de liderança, consegui compreender melhor como determinados sujeitos passam a ocupar essas posições.

Segundo um adolescente, roborizar ou transformar alguém em robô

é eu mandar o boy fazer uma coisa a força e ele ir. Sábado mesmo deram um murro aí no agente, mas foi outro boy que mandou ele dá, ele não tinha nada a ver, aí foi pro isolado, e o outro tá de boa (risos) (Leandro, 17 anos, nona internação).

Com base no depoimento desse adolescente, percebe-se que o que se denomina robô, no CEA, aproxima-se do que Varella (1999, p.148) descreve como laranja no sistema carcerário brasileiro:

o laranja é o personagem patético que segura bronca alheia, pois a lei diz que as vezes é melhor pagar por crime alheio do que delatar o companheiro. Ao acusado é permitido protestar inocência, dar o nome do responsável jamais.

Assim, o robô é aquele que se apresenta como culpado quando acontece algo de errado na ala, ou quando se encontra algum objeto que lá não deveria estar, como espeto, faca, celular, etc.

Mas, quem são os adolescentes que ocupam essa posição, e por que eles a aceitam? Segundo relatos dos próprios adolescentes, os adolescentes são recrutados para ocuparem essa posição, principalmente se estiverem entrando no CEA pela primeira vez, se não fizerem parte de nenhuma facção criminosa e não tiverem nenhum parente e/ou amigo na instituição.

Um adolescente comentar que

Robozinho faz isso pra ficar de boa nos canto. O boy mandou ele fazer, se ele não fizesse o boy tinha rodado com ele. Faz pra ficar de boa com os cara, tirar a cadeia de boa. O outro boy tem contexto com bicho grande, que bota o negócio na mão do cara (Pedro, 16 anos, oitava internação).

Pelo relato, percebe-se que os adolescentes que têm mais contexto⁵ fora do CEA, carregam consigo um elemento diferenciador, que não necessariamente os colocam em uma

⁵“Contexto” é uma expressão utilizada pelos adolescentes para caracterizar aqueles que têm relações mais consistentes com o mundo do crime, com as facções e com criminosos tidos como mais temidos, poderosos e perigosos.

posição hierárquica, mas que os livram de posições menos privilegiadas, como a de robô, já que são eles quem têm esse poder de “roborizar” outros adolescentes.

Conversar com os adolescentes no CEA sobre essas posições diferenciadas não foi uma tarefa fácil, pois quando se fala em liderança, naquele contexto, há uma grande reatividade no sentido de negação da existência de qualquer líder, seja no quarto, na ala ou na unidade como um todo; tendo em vista que a hierarquia ali existente não se expressa de forma explícita, nem declarada, pois essa exposição pode colocar em risco o próprio lugar ocupado pelos adolescentes, tanto diante dos demais internos, como diante da instituição. Assim, foi através da observação e de conversas informais que eu descobri como se estabelecem as lideranças naquela instituição.

Como já mencionado, o principal critério utilizado entre os adolescentes para serem líderes é o tempo em que o adolescente se encontra no CEA. Desta maneira, quase sempre o adolescente mais antigo do quarto e da ala é quem vai exercer a liderança.

Este fato chama atenção, pois no CEA critérios como coragem, força física, idade e repercussão do ato infracional cometido não influenciam, diretamente, na ocupação dos cargos de liderança, como ocorre em boa parte do sistema carcerário brasileiro. No entanto, há de se considerar que, mesmo não tendo os privilégios de um líder, os adolescentes que possuem algumas dessas características, tem “contexto” e acabam exercendo papéis de destaque, ocupando posições diferenciadas na hierarquia institucional e obtendo uma série de privilégios, tanto frente aos demais adolescentes, como frente à instituição.

Pelo explanado, percebe-se que as relações sociais (re) construídas pelos adolescentes internos no CEA, entre os seus pares, muitas vezes mediadas pela violência física e/ou simbólica, possibilitam que eles ocupem posições diferenciadas dentro do campo. Mas, no CEA, as relações sociais não se resumem às relações entre os adolescentes. Elas se estendem às relações que se constroem entre esses e os diversos grupos de funcionários que trabalham na instituição.

DA RELAÇÃO DOS ADOLESCENTES COM OS FUNCIONÁRIOS

No CEA, os funcionários que passam mais tempo em contato com os adolescentes são os agentes sociais, os quais têm como função principal acompanhar os adolescentes em todos os seus deslocamentos, tanto internos, como externos. Há, porém, uma grande dificuldade no desempenho das tarefas desses profissionais, tendo em vista que eles agregam duas funções conflitantes: a função de vigilância e a função educativa; muito embora, a maior parte deles

assuma apenas a função de vigilância, afirmando que o seu dever é “manter a ordem, o bom funcionamento da casa e a segurança” (José – agente social).

Na instituição, não há um consenso com relação a como esses profissionais devem ser chamados: monitores, educadores, agentes sociais ou simplesmente agentes⁶. Aqui, tem-se uma diferença não apenas de denominação, mas de percepção de si e do outro. Como agentes sociais, esses funcionários se veem e são vistos como mediadores. Já como monitores, eles percebem-se e são percebidos como vigias.

Os agentes sociais que trabalham no CEA são contratados por uma empresa terceirizada, que presta serviços de segurança para várias outras empresas e instituições da cidade de João Pessoa. Sendo assim, boa parte dos agentes que chegam ao CEA estava procurando emprego de segurança, e já executavam essa função em outros lugares⁷. Porém, segundo a direção da casa e os próprios agentes, eles passaram e passam, constantemente, por diversos “cursos de aperfeiçoamento para lidar com os jovens” (José – agente social).

Outro fato interessante é que boa parte dos agentes que participaram da pesquisa tinham cumprido serviço militar, e faz referência a esse fato como importante na sua formação como pessoa e, conseqüentemente, como profissional.

Por esses motivos, há uma significativa preocupação institucional com alguns agentes sociais, que além das funções de vigilância e educação, se enveredam por outros tipos de relações materiais e/ou afetivas com alguns adolescentes internos. Nestes casos, os agentes sociais trazem informações do mundo do crime para os adolescentes e/ou alguns objetos ou substâncias ilícitas, como celulares e drogas.

Assim, quando questionados sobre as relações que estabelecem com os agentes, os adolescentes dividem as suas opiniões. Alguns, dizem ter uma boa relação, nem próxima, nem distante, uma relação que se estabelece a partir do próprio cotidiano.

Porém, há opiniões que refletem outras formas de relações estabelecidas entre os adolescentes e os agentes sociais. Estas passam pela heterogeneidade de indivíduos e pela dinâmica existente no campo. Assim, alguns adolescentes relativizam essas relações, afirmando: “eu se dou, tem uns que eu se dou, tem uns que eu não se dou não. Não vou dizer que eu se dou com tudo, né?” (Raul, 13 anos, primeira internação); “com uns aí eu não me dou

⁶ Como autora, escolhi denominar os agentes sociais da maneira como eles dizem preferir ser chamados, mas uso o termo “monitor” sempre que os adolescentes o utilizam.

⁷ Os agentes sociais queixam-se constantemente de não terem o salário equiparado ao demais vigilantes que exercem suas funções em empresas privadas e por não terem uma regulamentação que verse sobre o cargo ou função que eles desempenham no CEA.

bem não, porque têm uns aí que dá uma de doido geral, o cara chama e eles passam direto. Mas, na tranquilidade” (Fábio, 14 anos, segunda internação).

Existem, também, aqueles adolescentes que, além de relativizarem e personificarem essas relações, criticam aqueles agentes que não se sensibilizam com a situação dos internos, como mostram as falas que seguem: “rapaz tem alguns que entende a situação, mas têm outros que, só porque a pessoa tá preso, ele quer humilhar, entende?” (Fábio, 14 anos, segunda internação); “tem alguns que não quer nem saber” (Raul, 13 anos, primeira internação); “é bacana, tem monitor que é bacana, tem monitor que dá uma de doido. Porque quando a pessoa tá num conflito assim, aí ele quer separar e dá na pessoa. Ai nós vai pra cima também” (Leandro, 17 anos, nona internação).

Contudo, a maior parte dos adolescentes internos no CEA compreende as relações estabelecidas com os agentes sociais como relações de dependência ou troca, tendo em vista que os adolescentes necessitam, constantemente, da assistência e da ajuda dos agentes para realizar as suas atividades. Já os agentes precisam da compreensão e da participação dos adolescentes para que o seu trabalho possa ser realizado da melhor forma possível.

Essa dependência nem sempre se estabelece de forma equilibrada, uma vez que a dependência dos adolescentes parece ser bem mais visível do que a dos agentes. Porém, em alguns casos, essa relação pode ser invertida. Um adolescente, quando questionado sobre a sua relação com os agentes sociais, coloca:

Tem uns que é meio traquino, mas tem nada a ver não, é mais de noite, no plantão da noite. Teve um que deu uma peia em mim. Tocaram fogo lá, bagunçaram lá, aí ele meteu a mão dentro do meu olho, pia. Aí pronto. Eu vou matar ele por causa disso? Pai de família, né? Trabalha pra sustentar a família. Eu não tenho raiva de ninguém não, vou discutir não. Mas, o monitor que controla lá, é figura. Sabe tratar a gente direito, faz um favor pra gente (Leandro, 17 anos, nona internação).

O tom de voz, os termos utilizados e a tranquilidade com que esse adolescente relatou a violência sofrida, aguçou a minha curiosidade sobre essas relações. Assim, depois de muitas conversas com esse mesmo adolescente identificado como uma das lideranças no CEA, eu pude compreender que muitos desses agentes sociais estão atrelados às facções ou, ao menos, às lideranças internas existentes na casa. Certa vez, um desses líderes me contou que havia em seu quarto três celulares, levados para dentro da unidade por alguns agentes. Quando questionado

sobre qual era a forma de pagamento que esses agentes recebiam para fazer esses “favores”⁸ para os adolescentes, o mesmo não me respondeu de forma direta, só disse que eles recebiam bem para isso.

Alguns agentes sociais confirmam que existem profissionais cooptados pelos adolescentes no CEA:

Eu tenho oito anos aqui, e tem várias pessoas que tem o mesmo tempo que eu. É, essas pessoas eu confio nelas, eu sei com quem eu trabalho e tenho um ciclo de amizade fora, até mesmo pra me proteger. Tem adolescente que ameaça você aqui e ameaça lá fora, a gente se protege tanto aqui quanto lá fora. A gente tem aquele grupo também, da gente, que se protege, mas tem muitas pessoas novas que entra na casa, 3 meses, ninguém sabe de onde vem. A gente sabe, só não consegue pegar. Mas sempre tem alguém que como eles dizem é o mola-mola, que se enverga, se estica, dá pra todo serviço. Tem sempre, aqui e acolá tem um, mas geralmente quando o plantão é fixo, daqueles que passa dois, três anos sem sair, nesse plantão a gente não vê esse negócio; aí quando começa a mudar de empresa, começa a botar pessoas novas pra trabalhar, começa a aparecer (Carlos).

E assim vão se tecendo as relações sociais dos adolescentes com os agentes sociais, alinhavadas por uma série de elementos que variam do respeito a humilhação, da agressão verbal a agressão física, da dependência e das trocas, da pressão, tensão e chantagem, da rotina e do cotidiano de um campo dinâmico, heterogêneo e multifacetado.

Mas, no CEA, os adolescentes também interagem e constroem vínculos com outro grupo de funcionários, corriqueiramente, o chamado corpo técnico: assistentes sociais e psicólogos. Esses vínculos, por sua vez, possibilitam o acesso a alguns benefícios que não estão disponíveis aos adolescentes que não constroem tais relações.

Entre os benefícios adquiridos pelos adolescentes a partir do estabelecimento de vínculos sociais com os técnicos do CEA, pode-se destacar: acesso a material de higiene pessoal e itens de primeira necessidade, como colchão e lençol; encaminhamentos para atendimentos de saúde fora da unidade; participação em oficinas e cursos; comunicação facilitada com a diretoria da casa e com a defensoria pública; informação sobre o andamento do seu processo; informação sobre familiares e amigos; concessão para receber visitas fora do horário; concessão para realizar ligações telefônicas para familiares; boa avaliação no relatório semestral encaminhado ao juizado, etc.

⁸ Segundo informações dos diretores da instituição, bem como dos próprios agentes, alguns agentes sociais, por medo e pressão, ou mesmo por questões financeiras, aceitam trazer objetos ilícitos para os adolescentes internos.

Porém, essa relação é percebida de maneiras distintas pelos grupos de indivíduos que convivem no CEA.

Os agentes sociais afirmam que os adolescentes gostam de participar dos atendimentos técnicos, muitas vezes pedindo para serem atendidos, com o intuito de adquirir algum benefício a partir do vínculo estabelecido com o técnico. Um dos benefícios mais visados pelos adolescentes, na construção de suas relações sociais com os técnicos, é a avaliação feita por esses profissionais sobre o comportamento de cada adolescente, semestralmente. Essa avaliação é encaminhada ao juizado, para que o juiz analise a situação do adolescente com vistas a conceder-lhe uma progressão de medida, ou mesmo uma liberação.

Porém, os técnicos responsáveis por esses atendimentos, de modo geral, analisam a relação estabelecida entre eles e os adolescentes de uma maneira mais complexa. Eles enfatizam que os atendimentos ajudam os adolescentes, não apenas a encontrarem vantagens para a sua sobrevivência no CEA ou para a sua possível liberação, mas ajuda-os a refletirem sobre as suas vidas, as suas ações, possibilitando que eles tracem expectativas para o presente e para o futuro.

Os adolescentes, por sua vez, também constroem percepções diferentes sobre as relações que estabelecem com esse grupo de funcionários, mas, em sua maioria, eles percebem que a construção desses vínculos, além de possibilitar que eles obtenham algumas vantagens específicas, facilitam a obtenção dos recursos fundamentais para a sua sobrevivência no CEA.

Assim, a maioria dos adolescentes diz frequentar os atendimentos psicológicos e sociais e gostar dos mesmos. No entanto, as justificativas para esse “gostar” são variadas. Alguns adolescentes dizem que esses atendimentos ajudam a afastar os maus pensamentos, à medida que os profissionais vão orientando-os e aconselhando-os. Porém, muitos deles demonstram terem consciência da possibilidade de adquirirem ou perderem alguns benefícios, a partir da construção dessas relações de proximidade e/ou distanciamento.

As relações estabelecidas entre os adolescentes e a direção da instituição também podem ser consideradas como formadoras do capital social dos internos, pois elas possibilitam maior facilidade de acesso a alguns benefícios e vantagens que não estão disponíveis aos adolescentes que se mantêm distantes.

As vantagens adquiridas pelos adolescentes a partir do estabelecimento de uma relação social de aproximação com os diretores do CEA são, basicamente, as mesmas vantagens que os adolescentes obtêm com os técnicos, porém, como a direção da unidade é, teoricamente, a autoridade máxima na instituição, ela tem sempre a última palavra, podendo, além de oferecer vantagens de uma maneira mais rápida e ágil, subtrair ordens e reverter contextos.

Mas, construir uma relação de proximidade com os diretores da casa, não é uma tarefa fácil para os adolescentes. Primeiro, porque os diretores não dispõem de muito tempo para atender, diretamente, os adolescentes. Segundo, porque essa proximidade pode não ser bem vista por outros adolescentes, que podem pensar que está havendo passagem de informação para a diretoria da casa, ou seja, “cabuetagem”.

Como a suspeita de “cabuetagem” pode cair sobre os adolescentes que se fazem mais próximos dos diretores da casa, muitos deles preferem manter certa distância, mesmo que isso os prive de algumas vantagens. Segundo alguns adolescentes, eles só procuram a diretoria da casa quando algo grave está acontecendo nas alas.

Nas páginas anteriores, analisou-se o CEA como um campo relacional onde se estabelecem lutas por poder simbólico, que direcionam os posicionamentos e distinções, a partir da valorização do capital social, classificado como capital mais importante para o campo em estudo (BOURDIEU, 1992, 2001 e 2007).

Assim, a maior ou menor posse desse capital determina posições e condiciona comportamentos e *habitus* essenciais à dinâmica institucional do CEA.

Deste modo, os adolescentes internos nessa instituição, constroem toda uma rede de apoio, a partir dos diversos tipos de relações sociais, muitas delas pautadas numa perspectiva de violência física/ou simbólica, que lhes oferece recursos que funcionam como um capital social fundamental para o estabelecimento dos mecanismos de diferenciação e distinção no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de compreender os processos de construção de vínculos sociais a partir das estratégias de sobrevivência que permeiam as sociabilidades dos distintos grupos de indivíduos que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA – Centro Educacional do Adolescente, localizado na cidade de João Pessoa, PB, analisei o CEA como um campo, destacando alguns elementos bourdieusianos e compreendendo-o como um espaço dinâmico, sujeito a constantes remodelações. Esse artigo representa, portanto, um esforço para contribuir com uma melhor compreensão acerca da construção das sociabilidades dos adolescentes tidos como infratores e violentos, internos em centros educacionais.

Nesse sentido, buscou-se apreender como a posse de alguns elementos, materiais e/ou simbólicos, valorizados entre os adolescentes internos, condicionam as posições ocupadas e, conseqüentemente, as hierarquias e as formas de sociabilidades (re) construídas nesse cenário. Ou seja, buscou-se compreender como esses adolescentes (re) criam as suas formas de

sociabilidade, fundando novos arranjos, para velhos valores e práticas, através dos processos de reconhecimento e identidade, da construção de semelhanças e dessemelhanças, dentro desse espaço delimitado que se (re) constrói cotidianamente.

Como base no explanado, pode-se dizer que estar cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA desperta as mais variadas emoções entre esses adolescentes, fazendo com que eles (re) inventem as suas existências cotidianamente, para conseguirem sobreviver, da melhor forma possível, nessa instituição, a partir da construção dos vínculos sociais, que apesar de parecem fracos e circunstanciais, envolvem relações de dependência, aliança e proteção.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, no CEA, a experiência da internação, como cumprimento de medida socioeducativa, caracteriza-se como uma fase onde se tecem estratégias de sobrevivências, a partir das tramas relacionais instituídas, que perpassam o tempo e o espaço da internação, sendo estas, muitas vezes, mediadas pela violência física e/ou simbólica.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: *Sociologia*. Org.: Renato Ortiz. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Editora Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2001.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- SARTI, C. A. *Ambivalência entre iguais: uma discussão sobre a moral dos pobres*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 1994.
- SILVA, V. F. *Conflitos e violências no universo penitenciário brasileiro*. 1ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- VARELLA, D. *Estação Carandiru*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.